



IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

A ESCOLA PÚBLICA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Elizangela Tiago da MAIA¹ (SEMED/UFGD-Dourados)
Maria Alice de Miranda ARANDA² (UFGD-Dourados)

Eixo 7 – Políticas Educacionais

RESUMO: este artigo, com base em pesquisa bibliográfica, tem como objetivo discutir o importante papel da escola pública e gratuita na conscientização dos estudantes da educação básica sobre o modelo de Estado moderno burguês dominante no contexto brasileiro, cuja organização é baseada no antagonismo entre duas classes sociais: por um lado, a burguesia (opressora) e, por outro, o proletariado (oprimido). Além disso, o estudo discute a necessidade de ser revista a organização escolar e seu papel político na atualidade, de forma que, os estudantes sejam emancipados, no sentido de entenderem que as condições econômicas e sociais são resultado de um processo histórico e material. Conclui-se que, a educação como política social, pensada a partir de uma perspectiva de classe atende às reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, nas quais se inclui a garantia de educação pública, gratuita e com qualidade social, compreendida como um dos instrumentos de apoio na organização e na luta da classe trabalhadora contra os interesses do capital. Cabe assim, uma reorganização do sistema educacional, em termos democráticos, metodológicos, curriculares e do tempo escolar, de forma que sejam provocadas rupturas em relação ao modelo educacional burguês que ainda prevalece nos espaços educacionais, através do embate e da contradição entre os elementos fundamentais da luta de classe. Isso porque, entender o modo de produção como chave para a transformação histórica, como a sociedade se organiza é papel da educação, além de preparar o aluno para superar a desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Consciência. Rupturas.

¹Mestre em Letras/Literatura, doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação (PPGEdu), sob a orientação da Professora Doutora Maria Alice de Miranda Aranda, pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente da educação básica na Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS. E-mail: elismaia36@hotmail.com. (67) 99276-1568. URL: <http://lattes.cnpq.br/0549612927325506>

²Professora Doutora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). mariaaranda@ufgd.edu.br. (67) 99936-8816. URL: <http://lattes.cnpq.br/2155809586937730>

INTRODUÇÃO

“Toda a história da humanidade [...] tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e oprimidas [...]” (MARX, ENGELS, 2016, p.25-26). Desse mesmo modo, o Estado moderno é dividido em classes sociais, resultado da conquista do domínio burguês entre os séculos XVII e XVIII, que busca desde então manter sua posição social, ou seja, a manutenção da propriedade dos meios de produção materiais e espirituais, pois é o que possibilita a subjugação dos demais às condições de sua conquista. Portanto, exploram a mão de obra da classe trabalhadora objetivando a acumulação de capital, por meio do lucro, para se manterem como classe dominante.

Por outro lado, na sociedade organizada em classes, há aqueles que sobrevivem de seus baixos salários. São trabalhadores e trabalhadoras que ao venderem aos poucos sua força de trabalho, se assemelham a uma mercadoria como qualquer outro produto do comércio, ficando assim, expostos a livre concorrência e as oscilações do mercado. São assim, transformados em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho, podendo estar mais caros ou mais baratos, segundo a oferta e a procura de braços, o trabalho vale mais ou menos (MARX, 2007).

Nesse contexto, se sobressai a produção do excedente que é consequência da força de trabalho assalariado, é o que gera a acumulação do capital, da mais valia que se traduz na apropriação do que é produzido por uma classe por outra, por meio da subjugação do trabalho alheio. Contudo, o preço médio do trabalho assalariado corresponde a uma remuneração mínima, ou seja, a soma dos meios de sua subsistência necessários para manter vivo o operário e sua prole. Assim, aquilo que o trabalhador se apropria por meio de sua atividade basta apenas para reproduzir sua vida difícil, cujo caráter de apropriação é miserável.

O elemento fundamental do acúmulo de riqueza de uma pequena parte da sociedade é resultado da exploração, da desigualdade, uma vez que, a posição e os produtos sociais não são para todos. Há assim, um antagonismo das classes e a desigual distribuição do produto entre o trabalhador imediato e o possuidor de trabalho acumulado.

Pode-se assim afirmar que, a propriedade privada burguesa é a mais completa expressão da fabricação e apropriação dos produtos, que se baseia na

oposição de classes, na exploração de uma pela outra. Assim, a supressão da propriedade privada, adquirida e merecida pelo próprio trabalho da classe trabalhadora resume a superação da realidade material existente, por meio da conquista do poder político dos trabalhadores.

Para isso, a educação pública tem papel fundamental, a partir de um processo de conscientização dos estudantes, de que há uma relação entre exploradores e explorados, um domínio econômico e político da classe burguesa. Esta deve ser a base da formação dos estudantes das escolas públicas, segundo uma concepção de educação de classe, de uma pedagogia da reflexão, de conscientização que há uma divisão oposta da sociedade, de forma que comecem a desvelar as contradições sociais existentes, por meio de uma interpretação histórica do mundo.

A partir da corrente teórica materialismo histórico o estudo parte do interesse de discutir as possibilidades educacionais na promoção da emancipação política dos estudantes da educação básica. Para cumprir o objetivo de reflexão sobre a função da educação, diante do atual modelo de Estado no contexto brasileiro, propõe-se problematizar o importante papel das instituições educacionais na conscientização dos estudantes, por meio de rupturas ao atual sistema educacional, sendo assim, determinante uma reorganização escolar em termos democráticos, metodológicos, curriculares e do tempo escolar.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação pública e gratuita tem sido o principal meio de acesso ao conhecimento científico por parte da classe trabalhadora do país. Mas qual deve ser seu compromisso? Ela deve atender aos interesses de quem? De que forma a educação pública pode contribuir com uma ruptura das relações sociais e de produção existentes no país?

Considera-se que, para iniciar um processo de transformação da estrutura estatal vigente é imprescindível uma educação problematizadora, transformadora no nível da consciência, por isso libertadora e inovadora, que contribua no entendimento do mundo, no sentido de que as sociedades se baseiam na oposição entre classes opressoras e classes oprimidas. Ao mesmo tempo, o Estado adquire

uma existência particular que garante a manutenção da propriedade e os interesses da classe dominante.

O Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política (MARX;ENGELS, 1984, p.98).

Nessa perspectiva, para uma classe ser oprimida, é preciso garantir condições para que possa talhar sua existência servil. A condição essencial para que a contradição não seja superada é a existência de um sistema organizado de alienação que impede aos trabalhadores e trabalhadoras se perceber na condição de dominados e explorados, de que existe desigualdade entre as pessoas (ricos e pobres), que são despossuídos e, assim, se vêm numa sociedade que lhes apresenta, aparentemente, plenas condições de ascensão social, com igualdade e liberdade para todos.

A alienação impede que as pessoas analisem a realidade, como o modo de produção se organiza, pois enxergam apenas a estrutura que se trata da produção material de existência, mas não visualiza a superestrutura dos estratos que formam a sociedade oficial, que corresponde ao nível jurídico, político do sistema que está oculta. Assim, todo o processo é organizado para que as pessoas não consigam ver as contradições e assim superá-las.

Nesse sentido, a função da escola é iniciar um processo de conscientização, ao evidenciar que há uma relação entre a acumulação material e o desenvolvimento da história das sociedades, se sobressaindo dimensões sócias históricas de dominação, subordinação e produção que determinam a posição do sujeito na sociedade, de fatores que levaram as pessoas a viverem de forma injusta. Nessa perspectiva, as forças produtivas e as relações de produção são reflexos de uma dialética que explica as mudanças sociais, superando a explicação teológica do mundo.

Além de ter a consciência de classe é imprescindível que os estudantes conheçam sua própria história, sob a perspectiva de que é parte dela, podendo transformá-la. O reconhecimento da identidade cultural de um povo contribui no sentido de se reconhecer como parte integrante de determinada classe historicamente explorada, somado a isso, compreender que nossa interação com o

mundo depende da nossa história que é concreta, material, cujo movimento está concentrado nas mãos da burguesia.

No Brasil, nossa identidade é constituída pela cultura indígena, africana, européia. A partir do momento que os estudantes passarem a se reconhecerem como parte desse caldeirão cultural, a separação étnica existente, de negação do outro, tende a desaparecer, culminando em uma união da classe trabalhadora, cuja unificação terá como bandeira de luta o fim das desigualdades sociais existentes.

Há que também se perceberem como sujeitos, como protagonistas que podem mudar o rumo da história, pois se trata de um ato contínuo e cotidiano, que envolve nossas atividades práticas e nosso pensamento, é feita aqui e agora, em qualquer instante e lugar, em todas as ocasiões, não sendo algo exterior a nós. Além disso, ter a consciência de que até pouco tempo atrás a história contada e escrita era de apenas uma parte da sociedade, por isso, ouvimos tão pouco sobre a nossa história, dos pobres, dos trabalhadores e trabalhadoras, que além de oculta, é e foi escrita sobre nós, por nós e contra nós.

O recorte histórico burguês nega muito do que ocorreu na história, por interesses políticos e econômicos, a história dos ricos apaga a história dos trabalhadores e trabalhadoras. Ela não contada é o silêncio que impede, muitas vezes, o reconhecimento das lutas populares: dos negros e negras contra a escravidão, contra o racismo, contra o preconceito e contra a discriminação; dos indígenas contra o genocídio, a expulsão de seu território, a extinção de sua cultura e rituais; dos camponeses contra a expulsão de suas terras, contra o latifúndio e pela reforma agrária; da classe trabalhadora que historicamente luta contra as extensas jornadas de trabalho, baixos salários, políticas econômicas recessivas, contra o desemprego, cortes e a diminuição de direitos coletivamente conquistados (GOETTERT, 2014).

Nesse processo de desalienação o estudante deve ser conscientizado que as lutas simbólicas também são de classe, para que se reconheça como parte integrante de um processo histórico de exclusão e exploração. Cada luta de classes é uma luta política, a separação étnica, religiosa, de gênero, a individualização, a divisão entre trabalho intelectual e manual, o trabalho assalariado, são meios de garantir a concorrência, o isolamento do trabalhador por meio da competição entre si. Tudo isso só atende aos interesses da classe dominante, pois diminui a pressão e a força para intervir e mudar as condições materiais de vida, as relações

econômicas existentes. Diante disso, a união e a organização da classe trabalhadora são fundamentais para a conquista da democracia e, conseqüentemente da justiça social (GOETTERT, 2014).

Nessa interpretação do mundo, há que se ter a consciência que os discursos não são neutros, mas carregados de interesses, de intenção política, que podem expressar a visão para transformação ou de manutenção da realidade. Isso demonstra que, o conhecimento produzido sobre a história a favor da classe dominante é apenas uma interpretação do passado, um recorte temporal de parte de fatos históricos que não representam sua totalidade, cuja vertente ideológica atende aos interesses da classe dominante.

Assim, a classe burguesa formada por “nossos” governantes constrói discursos dominantes que sufocam as vozes e os discursos de contestação, de denúncia, de reivindicação e de protesto. A partir disso, entender que a classe trabalhadora também pode e deve escrever sua história e intervir para mudá-la, pois o que determina a realidade é o mundo real e concreto, nossas ações efetivas, individuais e coletivas. Por isso, é preciso modificar, transformar, romper com o que está posto institucionalmente, de forma que as escolas passem a atender os interesses da classe trabalhadora, o que exige uma reformulação de todo o sistema.

Também se faz necessário o fortalecimento das relações democráticas no interior das instituições escolares, a conquista de uma maior autonomia das escolas na tomada de decisões, de uma ampla participação da comunidade escolar, de gestores e conselhos eleitos democraticamente, que também são responsáveis pela gestão escolar. Todas as decisões devem ser coletivas, os conselhos verdadeiramente representantes de cada segmento, ou seja, defendem as idéias e deliberam de acordo com os interesses do segmento ao qual pertencem, tendo como princípio a vontade geral, assim como, os gestores deixam de ser o centro e passam a estar a serviço dos interesses da educação ao desempenharem suas funções política, pedagógica e técnica.

Há que também superar as formas de organização escolar, na qual predomina a fragmentação, a cultura repressiva e autoritária da reprovação, a produção material, por meio da cópia, cujo centro do ensino aprendizagem é a escrita, a epidemia da superprodução, o desempenho escolar medido através de provas, o tempo escolar e as horas determinadas ao trabalho exaustivo, o

individualismo, a competição, devem ser substituídos pelo trabalho coletivo e por uma educação libertadora.

O tempo escolar também deixa de ser reproduzido do sistema capitalista, que é visto como matéria-prima que precisa ser otimizada. Cada segundo é calculado, cada momento sem tarefas exaustivas torna-se um transtorno, cada conversa é um crime contra o fim automatizado da produção escolar, a hora da merenda, o recreio, enfim o ritmo do tempo de trabalho reina sobre tudo. Assim, a escola é local onde se trabalha, somente pode ser gasta energia abstrata, cujo objetivo é de domar os estudantes pelo relógio para terem um dia capacidade de eficiência.

Ao contrário dessa visão produtivista, o tempo se consagra e é determinado por seu grau de utilidade social. As atividades livres como o recreio passam a ocupar mais espaço no cotidiano escolar, de forma que o tempo educacional passe a valorizar e garantir mais espaço para o brincar, momentos de interação entre os estudantes, que passam a ser vistos como tempos de aprendizagem, de trocas, sem a intervenção de adultos, sem tempo cronometrado que limita a criatividade e a autonomia dos estudantes.

A hierarquia existente na relação professor aluno também deve ser substituída por um trabalho educativo dialógico realizado como prática da liberdade, sendo uma via de mão dupla. Dessa maneira, o professor enquanto educa, é educado, enquanto ensina também aprende, nesse diálogo constante com os estudantes, ambos se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos. O papel que cabe aos professores é o de chamar os alunos a conhecerem, mediatizados pela reflexão crítica dos dois, implica uma educação problematizadora, de caráter reflexivo, de um constante ato de desvelamento da realidade, que resulte na inserção crítica na sociedade (FREIRE, 1987).

Trata-se de uma abordagem emancipatória que se dá quando o professor assume uma postura de investigador crítico que permite o exercício da liberdade de expressão por parte dos estudantes, oportunizando momentos de elaboração da subjetividade por meio de uma linguagem compartilhada, como um meio de chegar ao conhecimento, ao considerar suas percepções, sentimentos, criatividade e vivências que são identificadas como práticas culturais.

As rodas de conversas sobre temas de interesse dos estudantes contribuem para uma reflexão da realidade social, rompe com o autoritarismo, que muitas vezes versa para a imposição de conteúdos prontos e acabados a serem assimilados pelos

estudantes, de forma desconexa com a sua realidade, que não considera as leituras que o aluno traz de sua vida, de sua formação específica, familiar, comunitária, etária, local, impedindo a integração ativa do conhecimento aos vários centros da realidade, sendo completamente alheia a experiência existencial dos estudantes.

Na mesma medida o estudante deve ter estimulada sua atividade prática mental, por meio da participação ativa, tendo como resultado a apropriação subjetiva de conceitos e meios de pensamento da experiência social humana revelada na cultura, na arte, na ciência, o que depende da sua atividade de aprendizagem. Com efeito, considera-se que os alunos vêm à escola munidos por aparatos comunicacionais e informacionais, além de trazerem consigo as práticas socioculturais de suas famílias e da convivência com sujeitos de outros ambientes sociais.

Assim, a posição política assumida pelo professor, que é evidenciada por meio de sua postura pedagógica deixa de ser conservadora, ao atender os padrões convencionais, cujo marco ideológico visa à acomodação dos estudantes ao mundo da opressão, a fixação, memorização, repetição, a transmissão de valores e conhecimentos sem sentido real e que atende a classe dominante.

Nessa perspectiva, o docente tem como principal tarefa reproduzir as pressões do sistema escolar, dentro dos parâmetros institucionais, cuja preocupação versa para o sistema avaliativo aplicado, segundo uma perspectiva de aprendizagem centrada em automatismos e reproduções mecânicas, na disciplina imposta pela cultura do silêncio e na educação conteudista que prevalece, sendo desconectados da sua realidade, controla o pensar e a ação, levando os estudantes ao ajustamento ao mundo. É uma forma opressora de inibir o poder de criar, de transformar, para que atuem de acordo com as normas e expectativas sociais vigente.

Enfim, o sistema tradicional ao afirmar o autoritarismo, por meio de práticas antidemocráticas que não possibilitam a emancipação e a inserção crítica dos alunos na sociedade, prevalecendo o perfil de um conservadorismo tão presente nas escolas que reprovam e moldam o comportamento obediente e passivo. O ensino marcado por aulas teóricas maçantes, pela ausência de relações dialógicas e interpessoais, de forma não humanizada, que nega a voz dos alunos e é indiferente a formação social dos estudantes é subvertida por uma pedagogia libertadora e inovadora.

Dessa forma, para começar a mudar o mundo é preciso rever o modelo educacional das escolas públicas. Assim, após todo o processo de desalienação, sucede-se ao entendimento de que historicamente as instituições de ensino tem sido espaço reprodutor dos interesses da classe dominante, de uma educação alienada pelo Estado, desde a sua organização, a regras impostas, o currículo escolar, inclusive a interferência religiosa, a moral, as leis que nada mais são que preconceitos burgueses, atrás dos quais se escondem muitos interesses.

Contudo, isso só será possível quando as pessoas se libertarem ao serem expostas as contradições existentes, a perceberem suas condições de vida, suas relações sociais, com sua existência social, para a partir daí mudar também suas representações, visões e conceitos, em suma são transformadas no nível da consciência. Só assim estarão mais bem preparadas para o estabelecimento de uma única classe comunista, na qual todos tenham participação nos lucros da produção, sem propriedade privada que passa ser coletiva, em que todos trabalham sendo proprietários de tudo. Acredita-se que escola pública é parte decisiva dessa transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, a transformação social se dará a partir da interpretação do mundo, quando se compreender as contradições de classe, entre capital e trabalho, o modo de produção, como a sociedade se organiza, para assim vislumbrar a superação da realidade existente, a transformação histórica dos problemas do mundo como a pobreza, a criminalidade, a fome, as doenças, enfim todas as mazelas sociais, que se inicia com a melhor distribuição de renda, para que não haja tanta desigualdade e assim atenda os interesses da maioria da população.

Para isso, deve ser iniciada uma subversão do atual sistema educacional devendo vir acompanhada da formação política dos educadores, de novas formas de tratar a democratização do ensino, por uma visão de educação com qualidade social, são formas de pensar o Estado, de um projeto político e econômico que possa se aproximar mais de uma teoria social para a sociedade como um todo, atendendo às reivindicações da classe trabalhadora, ao prevalecer os direitos sociais em substituição ao interesse do capital.

Por fim, acredita-se que o papel do conhecimento é a de produção técnica, humana e política, de uma educação para a igualdade, no sentido de conhecer para mudar, por meio de uma ruptura do sistema capitalista que gera a acumulação de riquezas de apenas uma parte da sociedade, culminado em desigualdade social. Entender o modo de produção como chave para a transformação histórica, como a sociedade se organiza é papel da educação, além de preparar o aluno para superar a desigualdade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução a historia do movimento sindical**. 3ed. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. Trad. Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Editora Escala, 2007.

MARX, Karl; FRIEDRICH Engels. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**; Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MARX, Karl; FRIEDRICH Engels. **Manifesto do Partido Comunista**; Trad. Petê Rissatti. 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.